

POLÍTICAS PÚBLICAS E O LEGADO DE PAULO FREIRE: UMA EDUCAÇÃO MARCADA PELO VERBO ESPERANÇAR

PUBLIC POLICIES AND THE LEGACY OF PAULO FREIRE: AN EDUCATION MARKED BY THE VERB HOPE

Ivan Bechtold

Doutorando em Educação Básica pelo PPGEB-UNIARP
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4847171532256720>
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8563-1017> E
mail: ivanbechtold@gmail.com

Alexandre Dementovis

Mestrando em Educação Básica pelo PPGEB-UNIARP
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/135634222078553>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7678-6576>
Email: dementovis@gmail.com

Joel Cezar Bonin

Doutor em Filosofia pela PUC-PR
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5599831923296454>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0437-7609>
Email: joel@uniarp.edu.br

Resumo: A proposta deste artigo é estabelecer conexões entre os pressupostos de Paulo Freire e as demandas da educação atual. Nesse contexto, buscou-se aproximar algumas visões freirianas sobre o papel social da escola com as Políticas Públicas Educacionais existentes no Brasil. Por isso, objetivou-se fazer uma análise pontual entre o pensamento de Freire e a implementação das políticas do sistema educacional brasileiro, apresentando seus avanços, retrocessos, paradoxos, conquistas e inconsistências. A história nacional está repleta de fatos e dados que corroboram a realidade, por vezes, caótica da nossa educação. Paulo Freire, ilustre patrono da educação, lutou heroicamente pela educação de qualidade para todos. Seu método de alfabetização foi desenvolvido para adultos, mas seu *modus operandi* serviu de base para o ensino e a aprendizagem de todos os níveis educacionais. Seu legado de esperança permanece em várias dimensões, de modo mais pontual, em várias políticas públicas hodiernas. Do ponto de vista teórico, este estudo está pautado nas contribuições de autores como Nóvoa (1998), Secchi (2014), Freire (1979, 1981, 2001a, 2001b), Silva (2024), Bechtold e Bonin (2022), entre outros. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental e pela abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Paulo Freire; Políticas Públicas; Legado; Esperança.

Abstract: The purpose of this article is to establish connections between Paulo Freire's assumptions and current education demands. In this context, we sought to bring together some of Freire's views on the school's social role with the existing Public Educational Policies in Brazil. For this reason, the aim was to make a punctual analysis between Freire's thinking and policies implementation in the Brazilian education system, presenting their advances, setbacks, paradoxes, achievements and inconsistencies. National history is full of facts and data that corroborate the reality, sometimes, chaotic of our education. Paulo Freire, the illustrious patron of education, fought heroically for quality education for everybody. His literacy method was developed for adults, but his *modus operandi* served as the basis for teaching and learning at all educational levels. His legacy of hope remains in several dimensions, more specially, in several current public policies. From a theoretical point of view, this study is based on the contributions of authors such as Nóvoa (1998), Secchi (2014), Freire (1979, 1981, 2001a, 2001b), Silva (2024), Bechtold and Bonin (2022), among others. Methodologically, we opted for bibliographical and documentary research and a qualitative approach.

Keywords: Paulo Freire; Public Policy; Legacy; Hope.

Introdução

Este texto inicia-se com uma ideia fundamental que permeia e costura todo o nosso trabalho: Paulo Freire sempre foi um árduo defensor do acesso e da inclusão ampla de todos ao ambiente escolar, procurando fazer com que os menos favorecidos tivessem oportunidades de aprender e de se desenvolver plenamente. Além de uma escola acessível a todos, ele primava por ambientes escolares com qualidade de ensino que pudessem auxiliar no desenvolvimento de todos os sujeitos da educação. Sua proposta também apresenta o papel social da escola como uma ação pedagógica necessária e urgente.

Freire foi e, ainda é, acima de tudo, uma referência para educadores que se dedicam à criação de pedagogias críticas comprometidas com a humanização, a liberdade e com a justiça social. Nessa perspectiva, embora o educador seja conhecido como o criador de um método de alfabetização de adultos, toda a sua grandiosa obra apresenta grandes contribuições para todas as modalidades de educação.

Nesse sentido, diante das propostas de reflexão a partir do pensamento de Freire e considerando o importante papel social da escola e de seus educadores na vida dos estudantes, manifesta-se o questionamento: podemos observar a influência do autor nas políticas públicas educacionais atuais?

Diante de tal questão, surgiu o nosso interesse pela busca de conexão entre o ponto de vista freiriano e algumas políticas públicas educacionais da atualidade. Este texto faz um breve levantamento de alguns dos principais programas de Estado e sua importância para a educação contemporânea; além disso, pontua-se o quão fulcral é o papel das políticas públicas educacionais para o desenvolvimento do país e para a construção de uma sociedade com cidadãos preparados para os desafios da atualidade.

Assim, diante de alguns pressupostos de Paulo Freire, observam-se muitos pontos comuns entre as políticas públicas educacionais da atualidade e o autor. Vale salientar que foram encontrados olhares distintos sobre a criação e a implantação de programas educacionais de ordem pública. Contudo, entre os objetivos apresentados nas políticas públicas educacionais, não se pode deixar de registrar que uma educação inclusiva, à qual todos tenham acesso, é um pressuposto essencialmente freiriano.

Finalmente, pôde-se constatar que Freire e as políticas públicas educacionais formam uma díade de grande relevância para a educação de nosso país. Destaca-se, ainda, que os procedimentos metodológicos usados foram baseados em uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Nesse sentido, dá-se sequência, agora, a uma curta apresentação da vida e da obra do mais nobre pensador da educação nacional, Paulo Reglus Neves Freire, considerado o Patrono da Educação Nacional.

Metodologia

É necessário destacar que, para responder ao objetivo central deste texto, versou-se sobre as principais contribuições de Paulo Freire para a Educação de nosso país e como elas estão conectadas com algumas políticas públicas propostas e implementadas pelo Ministério da Educação. Por isso, deu-se ênfase a uma pesquisa com finalidade qualitativa, bibliográfica e documental.

Com base nesses dados, as contribuições de Gil (2002, p. 134) são bem assertivas:

A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Ainda nessa contextualização, o trabalho aqui desenvolvido usou fontes bibliográficas de grande relevância, pois - ainda segundo Gil (2002, p. 44) - toda pesquisa bibliográfica

é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Já para Fonseca, a pesquisa documental é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32)

Sendo assim, juntando essas três importantes formas de pesquisa, pôde-se evidenciar a sua eficácia na qualidade na produção deste texto. Tais pesquisas visam a investigar temas definidos e sua relação com a coleta e interpretação de dados. Possuem diversas metodologias, podendo utilizar abordagens quantitativas, qualitativas ou mistas, ou seja, qualiquantitativa ou vice-versa (Gil, 2002).

Conhecendo Paulo Freire¹

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife (PE), no dia 19 de setembro de 1921, filho de Joaquim Temístocles Freire, capitão da Polícia Militar de Pernambuco e de Edeltrudes Neves Freire. Ele teve três irmãos: Stela, Armando e Temístocles.

A mãe do autor, após ficar viúva de seu Joaquim, recorreu a diversas instituições para conseguir escola para seus filhos. Na época, Paulo tinha apenas 13 anos e, por tenacidade de sua mãe, o adolescente Paulo Freire logo ingressou em uma instituição privada humanista-progressista: o Colégio Oswaldo Cruz, considerado, na época, uma das melhores escolas do Brasil, localizado na cidade de Recife-PE. O proprietário e o diretor da instituição acolheram Paulo Freire, concedendo-lhe uma bolsa de estudos. Aos 20 anos, Paulo Freire já estava no curso pré-jurídico, quando começou a introduzir-se nos “estudos de Filosofia e Psicologia da Linguagem” trabalhando, concomitantemente, como professor do curso ginásial.

Aos 22 anos, ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Seu gosto pela leitura o fez dedicar-se às principais obras da literatura brasileira, bem como a algumas obras estrangeiras. Por se identificar com os oprimidos, foi perseguido pela ditadura militar em 1964 e exilado por quase 15 anos. Contudo, Paulo Freire recebeu vários prêmios nesse período, entre os quais: prêmio Rei Balduino para o Desenvolvimento (Bélgica, 1980); prêmio UNESCO da Educação para a Paz (1986); e prêmio Andres Bello da Organização dos Estados Americanos, como educador dos Continentes (1992).

Foi reconhecido internacionalmente como um educador célebre, recebendo mais de 40

¹ As principais informações aqui contidas podem ser encontradas no site <https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/paulo-freire.htm> Acesso em 04 set. 2024.

títulos de Doutor *Honoris Causa*. As principais obras de Paulo Freire são: Educação como prática da liberdade (1967); Pedagogia do oprimido (1968); Cartas à Guiné-Bissau (1975); Educação e mudança (1981); A importância do ato de ler em três artigos que se completam (1982); Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido (1992); Política e educação (1993); À sombra desta mangueira (1995); e Pedagogia da autonomia (1997). Contudo, para os fins de nossa pesquisa, serão utilizadas apenas quatro obras pontuais de Paulo Freire: a) *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (1979); b) *Pedagogia do Oprimido*, em sua 10ª edição (1981); c) *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, em sua 8ª edição (2001a); e *Política e Educação*, em sua 5ª edição (2001b).

Com quase 76 anos, Paulo Freire faleceu de ataque cardíaco em 02 de maio de 1997, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, devido a complicações de uma cirurgia de desobstrução de artérias. Seu legado é incomensurável para a educação do Brasil e do mundo, apesar das duras críticas que atualmente recebe da ala conservadora da extrema-direita nacional e mundial.

Como registro da grande contribuição de Paulo Freire para a educação, durante a apresentação de trabalhos dos grandes pensadores da educação brasileira no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGEB) da UNIARP, em 2024, foi produzida uma peça musical, intitulada Biografia de Paulo Freire, escrita por um dos autores deste texto:

Boa noite, meus amigos e também aos professores. Iniciamos a apresentação destes importantes autores. Vamos tratar de Paulo Freire, um dos maiores pensadores; vamos a biografia desse homem que há muito tempo eu escuto: Paulo Freire é nascido em Recife, estado de Pernambuco. Intelectual brasileiro mais homenageado deste mundo; Paulo Reglus Neves Freire foi pedagogo, filósofo e educador. Esse grande Pensador nasceu em 19 de setembro de 1921. Patrono da Educação Brasileira e do movimento transformador; vamos lembrar alguns feitos desse autor. 35 títulos *honoris causa* até em Harvard lecionou e em várias universidades aulas ministrou. Teve grande preocupação com a alfabetização, aplicando métodos aos cortadores de cana da região. Em 40 horas, 300 homens saíram com formação. Muitas pessoas até hoje seguem o seu pensamento para melhorar países como Austrália, Alemanha, Holanda, Estados Unidos, Portugal e Canadá. Sua Pedagogia do Oprimido contribui no ensinar; mas mesmo com tanta contribuição para nossa educação, ele foi exilado e oprimido dentro de uma prisão. 15 anos se passaram e ele retornou à sua missão. Entre os anos 60 e 70, veja como era o normal: Educação mecânica, bancária, autoritária e tradicional. Professor detentor do conhecimento, era nosso sistema educacional. Mas, em 1997, o Brasil ficou entristecido: no dia 02 de maio, morre Freire de ataque cardíaco e o hospital Albert Einstein registrou o falecimento (Dementovis, 2024, n.p.).

Como vimos, a intenção aqui foi prestar uma breve, mas importante homenagem ao maior educador de nosso país. Certamente, sem seus escritos e suas vivências, a pedagogia e a educação nacional teriam sido menos ricas e não teriam rendido frutos tão abundantes. Portanto, os registros das principais contribuições que esse autor trouxe para a construção do principal documento nacional pós-redemocratização, oito anos após a promulgação da atual Constituição Federal Nacional, de 1988, serão apontados no item que segue.

O Pensamento de Paulo Freire e a Educação Nacional: Avanços e Retrocessos

O referencial teórico e os pressupostos do educador Paulo Freire nos remetem a uma reflexão

necessária e ousada, visto que ainda hoje enfrentamos inúmeras dificuldades na implementação de políticas públicas adequadas no sistema educacional brasileiro. Entrementes, a proposta de reflexão a partir das obras de Paulo Freire sobre o papel social da escola é uma ação pedagógica necessária e urgente, ainda mais em nosso momento atual, no qual a BNCC (2018) trouxe mais dificuldades do que soluções, sejam elas de ordem legislativa ou prática.

Por isso, refletir sobre a educação implica conceber uma escola verdadeiramente acessível a todos, sustentada por transformações estruturais, profissionais e críticas, bem como por uma qualidade de ensino que favoreça o pleno desenvolvimento dos sujeitos educacionais em sua totalidade. Tal discussão justifica-se por se entender que a educação, desde 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN 9394/96, estabeleceu os princípios e os fins da educação mais basilares e mais fundamentais na aurora do século XXI. Entende-se, aliás, que o artigo 2 da LDB, em sintonia com dois documentos legais fulcrais da nação² anteriores a ela, primou pela preservação do principal tripé da educação de todo e qualquer país que se julga, verdadeiramente, democrático.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, n.p.).

Como se pode observar, esses documentos resguardam dimensões fundamentais para a formação humana, especialmente no que se refere à infância e à adolescência, fases marcadas pelo processo de desenvolvimento e construção dos sujeitos. Uma educação que se compromete a formar pessoas precisa considerar o conhecimento humano e a sua construção na vida dos estudantes de modo pleno, para a cidadania e para o trabalho. Em outras palavras, a educação para a cidadania e para o trabalho precisa estar articulada por um viés de formação cultural e epistemológica, integrando o jovem estudante ao mundo da fruição, da livre iniciativa, do despertar da criatividade e para uma realidade que ultrapasse o mero viés da empregabilidade.

O maior dilema vivido hoje por jovens estudantes é o abandono dos estudos em função do trabalho. Os níveis de evasão escolar ao fim do Ensino Fundamental são alarmantes em nosso país e isso acusa um dado assustador: os estudos, de modo geral, não fazem sentido senão para um possível emprego. Assim, emerge um paradoxo: estudar para ter um trabalho decente num futuro próximo ou a imediatez do abandono escolar por um emprego rápido que supra as necessidades mais prementes? Nessa incerteza do amanhã, muitos optam pelo aqui e pelo agora, rompendo com a esperança de dias melhores, tema tão caro e debatido por Freire em suas obras. Por essa razão, o equilíbrio entre formação, cidadania e trabalho precisa ser observado constantemente; caso contrário, o risco da ausência de uma formação humana integral para todos os estudantes pode estar com os dias contados.

Assim, Freire (1979, p. 39), explica que em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, “[...] a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Portanto, esse sistema de ideias impiedosas não pode ser tomado como objeto referencial para a construção de uma escola inclusiva. Como sabido, o intento da pedagogia dominante é a divulgação de uma meritocracia, algo que reduz o acesso e o sucesso escolar de muitos estudantes. Dito de outro modo: com essa ideologia, crê-se que “só não tem sucesso na escola quem não quer”, o que solapa a capacidade de compreender que o mundo escolar – público, principalmente – é complexo, multifacetado e repleto de imensas nuances que o conceito de “meritocracia” não é capaz de abarcar.

As ideologias dominantes, como dizia Freire (1979), impõem-nos modelos educacionais totalmente desconectados da realidade da escola pública brasileira. Tais modelos não consideram

² Constituição Federal (1988), em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu artigo 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”.

fatores presentes no cotidiano escolar que constituem verdadeiras barreiras para a implementação de um projeto inclusivo. Pensar em uma educação inclusiva significa pensar em uma escola acessível a todos, envolvendo transformações sociais, comprometimento educacional, formação de professores e apoio das famílias, além da qualidade do ensino, que deve auxiliar no desenvolvimento integral de cada estudante, respeitando-o em suas particularidades.

Por isso, a ação educativa pautada na concepção do autor é inclusiva, conforme pontua o próprio Freire (2001a, p. 99): “O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz”. Com isso, compreende-se que as obras de Paulo Freire são referências para educadores que se dedicam à construção de políticas públicas e à criação de pedagogias críticas que tenham compromisso com a humanização, com a liberdade e com a justiça social. Embora Freire seja conhecido como o criador de um método de alfabetização de adultos, marcado pela conscientização como possibilidade de superação de situações de opressão, a sua obra tem contribuições importantes que se estendem para todas as modalidades de educação. De acordo com António Nóvoa (1998, p. 167):

A vida e a obra de Freire estão inscritas no imaginário pedagógico do século XX, constituindo uma referência obrigatória para várias gerações de educadores [...]. As propostas por ele lançadas foram sendo apropriadas por grupos distintos, que as relocalizaram em vários contextos sociais e políticos [...]. A partir de uma concepção educativa própria, que cruza a teoria social, o compromisso moral e a participação política, Paulo Freire é, ele próprio, um patrimônio incontornável da reflexão pedagógica atual. A sua obra funciona com uma espécie de consciência crítica, que nos põe em guarda contra a despolitização do pensamento educativo e da reflexão pedagógica.

Dessa maneira, imaginar a amplitude da contribuição de Paulo Freire é algo sem medida, pois sua influência tece uma interessante e profícua bricolagem com a própria história da educação brasileira e mundial pois, acima de tudo, esse grande homem era um sonhador que acreditava no poder de transformação que a educação pode exercer sobre o ser humano.

Ademais, é central debruçar-se um pouco sobre o conceito de política pública. Para Leonardo Secchi (2014, p. 2), “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Segundo o autor, que é uma das maiores autoridades catarinenses quando o assunto é política pública, existem muitos conceitos sobre o tema, pois

Na literatura especializada de estudos de políticas públicas, alguns autores e pesquisadores defendem a abordagem estatista, enquanto outros defendem abordagens multicêntricas no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas. (Secchi, 2014, p. 2).

Mas, como podemos inter-relacionar essa questão com o pensamento de Freire? Se, de um lado, há muitas possibilidades de ação por parte das iniciativas multicêntricas (ONGs, empresas e outras organizações), o maior desafio brasileiro está na efetuação e na efetividade das políticas estatais; como já mencionado e bem-sabido, Freire sempre foi um grande defensor da educação pública de qualidade; por isso, torna-se pontual conferir o que é uma política pública educacional. Consoante Santos e Vasconcelos,

Políticas públicas educacionais são conjuntos de diretrizes, planos, programas e ações implementados pelos governos para promover a melhoria da educação em uma determinada sociedade ou país. Essas políticas são desenvolvidas com o objetivo de garantir o acesso universal à educação de qualidade, promover a equidade educacional, melhorar os resultados educacionais e responder às necessidades específicas da população (Santos; Vasconcelos, 2023, p. 2650-2651).

Os autores, em grande medida, coadunam-se com o conceito de Secchi: uma política é sempre uma diretriz, uma orientação, uma forma de dar uma resposta resolutive para um problema. A ideia sempre está conectada com a intenção de sanar, melhorar ou, definitivamente, resolver o problema como ele se apresenta. Não obstante, sabe-se que a resolutive de um problema público está ligada a uma miríade de fatores que, mesmo com boas intenções e excelentes ações, não conseguem dar conta da situação apresentada.

Diante disso, no Brasil, a maior parte da responsabilidade sobre o desenvolvimento das políticas públicas educacionais recai sobre o poder público, ou seja, as “tarefas” são divididas entre governos federal, estaduais e municipais. Apesar de essa responsabilidade ser prioritariamente de incumbência do Estado, isso não isenta os cidadãos de suas responsabilidades, por meio de entidades do setor privado, organizações não-governamentais ou conselhos deliberativos em prol das causas da educação. Nesse sentido, Bechtold e Bonin (2022) pontuam que, desafortunadamente, o que ocorre é a delegação unívoca dessa responsabilidade apenas ao estadocentrismo:

[...] pensar a vida pública pelo Estado, isenta em certa medida o papel dos cidadãos e gera uma forma estadocêntrica de elaboração das políticas públicas, de modo que a participação coletiva na confecção destas políticas se vê anulada ou inexistente (Bechtold; Bonin, 2022, p. 8).

Portanto, é fulcral o papel das políticas públicas educacionais para o desenvolvimento do país; em vista disso, diversas ações são implantadas pelo Estado com a finalidade de garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade a todos os educandos. Nesse segmento, no contexto educacional contemporâneo, tem-se criado diversos programas que buscam transformar a educação do país. Contudo, considerável parte dessas ações ocorrem sem o devido debate social e, desse modo, vemos constantemente uma grande oscilação entre políticas de Estado e políticas de governo. Isso gera uma grande instabilidade na sequência de projetos que poderiam ser mais favoráveis ao desenvolvimento da educação e das pessoas em nosso país.

Para enfrentar os desafios da educação no Brasil há, na atualidade, diversas políticas públicas educacionais. Entre elas, pode-se destacar o Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2024), que estabelece metas desde a Educação Infantil até a Pós-graduação; o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que objetiva distribuir livros didáticos de modo gratuito para docentes e discentes, entre outros materiais. Há também o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que visa a destinar recursos para as escolas de todo o país; o ProUni (Programa Universidade para Todos) que tem por objetivo oferecer bolsas de estudo para estudantes de baixa renda que desejam frequentar instituições de ensino superior privadas, entre outras diversas ações promovidas pelo poder público.

Nesse contexto, é muito pertinente salientar que, por meio da promoção dessas políticas públicas centradas em sua ação, o Estado tenta, apesar das imensas dificuldades, incentivar o acesso e a continuidade da formação intelectual da maioria da população nacional que enfrenta inúmeras agruras para dar conta das várias demandas que a vida lhes impõe. Assim, vale muito a pena o lembrete do famoso adágio popular: “quando se nasce pobre, ser estudioso é o maior ato de rebeldia contra o sistema”. Contudo, sabe-se que essa tarefa, para muitos, é hercúlea.

Por isso, vale recordar que, recentemente, as políticas públicas educacionais ganharam grande destaque perante a sociedade, pois promoveram alterações radicais no Ensino Médio. Em linhas gerais, pode-se considerar que, comumente, as mudanças que ocorrem com vistas à melhoria da qualidade da educação. Porém, isso nem sempre é claro, haja vista que as mudanças ocorridas com a BNCC (2018), principalmente, quando tratam da formação do Ensino Médio ainda repousam sobre a incerteza e a desinformação.

Por isso, é imperioso colocar que o Novo Ensino Médio (pós-BNCC) objetivou flexibilizar o currículo para permitir que os estudantes pudessem escolher o itinerário formativo conforme seus interesses. Entretanto, apesar de pretender atender às expectativas dos jovens, muitas críticas afloraram sobre o tema. Nesse diapasão, Edna Maria Lopes da Silva aduziu:

A reforma do Ensino Médio impacta a escolarização da juventude brasileira, com uma oferta de um ensino

profissionalizante que não funcionou na década de 1970. Teremos um ensino superficial e ainda mais precário, porque tirando conteúdos eles não formam pessoas com senso crítico. Precisamos de uma escolarização escolar sólida e o que esta reforma faz é exatamente o contrário. O desafio que nos é colocado hoje mais uma vez é que precisamos de uma política educacional de expansão e universalização do ensino público com qualidade social e excelência acadêmica (Silva, 2021, n. p).

Por sua vez, as autoras Débora Tais Arnhold e Rosemari Lorenz Martins apontam que o maior desafio sobre o documento da BNCC é sua devida compreensão e contextualização dentro do mundo escolar nacional, pois, segundo elas, a BNCC

[...] preconiza um atendimento justo às demandas sociais, onde todos os estudantes desse país possam ser atendidos, mas que possam desenvolver com potencial as habilidades e competências de cada contexto social e educacional específicos (Arnhold; Martins, 2021, p. 123).

Ressalta-se, ainda, que a própria BNCC fornece a seguinte definição sobre si mesma quando expõe que,

[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, 2018, p. 7).

Como dito, por muitas vezes, as políticas públicas são elaboradas e definidas por órgãos governamentais sem a participação ativa da sociedade. Eis o maior desafio: construir um projeto de educação feito “por muitas mãos”, que ultrapasse o amor e o ódio entre especialistas, professores e comunidade escolar. Do ponto de vista ideal, a BNCC propõe um ensino integrado, promotor do desenvolvimento de habilidades para ajudar os jovens estudantes a adquirirem um pensamento crítico e, conseqüentemente, fomentar uma sociedade mais emancipadora, humanizada e criativa. Mas, infelizmente, os processos que envolveram sua elaboração e sua implementação não foram devidamente democratizados e capazes de congregarem interesses sociais legítimos. Há muitas alegações que tentam evidenciar que houve mais interesses econômicos e privatistas sobre a confecção da BNCC do que valores éticos e coletivos postos às mesas das negociações e das discussões nos anos de 2015 a 2018, período da elaboração da BNCC.

É nítido que há muitas contradições entre os dois polos; todavia, é necessário um esclarecimento: pensar a educação de modo democrático é algo que pode ser condensado com as próprias palavras de Freire:

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (Freire, 2001b, p.25).

Assim, uma educação que não se coaduna com esses ideais não pode ser considerada como democrática, pois ela acaba por não passar (como vimos com a realidade da BNCC) por processos democráticos efetivos. Uma peça teatral de luz e de sombra, o futuro de uma ilusão e de uma utopia pseudolibertária aos estudantes do Ensino Médio são eufemismos que refletem bem o que se viu na educação brasileira de 2018 para cá. A verdadeira libertação, porém, ocorre de outro modo, muito mais visceral e concreto, pois para Freire (1981, p. 36):

libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo, não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se.

Assim, toda educação precisa, como Freire nos ensinou, ser libertadora. Caso contrário, ela será sempre opressora e de um tal modo virulenta que a única gana do oprimido é transformar-se em um novo opressor. Diante disso, vale compreender que o pensamento de Freire ainda é um baluarte muito importante na arregimentação da organização de nossa educação, pois é preciso crer que a forma como educamos nossas crianças e nossos adolescentes perpassa a necessidade de torná-los mais conscientes e mais responsáveis pelo mundo no qual estão colocados.

Por isso, quando se trata de pensar a educação, é preciso ponderar que as políticas públicas devem ser capazes de acolher a opinião dos seus maiores interessados, ou seja, os próprios estudantes; senão, cair-se-á no eterno retorno de uma educação bancária.

Paulo Freire e sua Onipresença nas Políticas Públicas Educacionais Promotoras de Esperança

Embora saiba-se que nem tudo são flores, com o objetivo de promover justiça social, o Estado criou o programa Criança Alfabetizada, com o intento de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental em junho de 2023. Tal programa reúne esforços dos governos federal, estaduais e municipais, com fins à resolução desse problema pós-pandêmico. Segundo o Ministério da Educação,

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental e foca na recuperação das aprendizagens das crianças dos 3º, 4º e 5º anos, afetadas pela pandemia. O Compromisso estabelece, entre seus princípios, a promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero, a colaboração entre os entes federativos e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios (Brasil, 2024, n.p.).

Ao observar-se o texto acima citado, percebe-se que as políticas públicas atuais buscam promover a equidade na educação, algo que se assemelha à visão de Freire, conforme Silva (2024, p. 40) afirma ao descrever:

A pedagogia de Paulo Freire tem sido amplamente adotada e adaptada por educadores e movimentos sociais ao redor do mundo. Sua influência é evidente em diversos programas e práticas educacionais que buscam promover a justiça social e a equidade através da educação.

Diante dos fatos, fica claro que Paulo Freire permanece vivo nas práticas pedagógicas, bem como em programas governamentais, influenciando muitos aspectos das políticas públicas educacionais promovidas no país. Nesse sentido, Freire pontua a necessidade de uma educação que, além de democrática, seja também inclusiva e promova a participação de todos. Segundo ele:

[...] que democracia é esta que cerceia[...] a dor de milhões de famintos, de renegados, de proibidos de ler a palavra, e mal lendo o seu mundo [...] são levados a crer que não possuem competência para discernir o melhor para as suas próprias vidas (Freire, 2001b, p. 25).

Desse modo, este texto deseja destacar que uma educação que não promova a emancipação e a inclusão, e que defenda uma formação cerceadora se torna mesquinha, pois restringe o conhecimento, não fomenta uma formação integradora, destoa de princípios de cidadania e tampouco prepara para o mundo do trabalho. É uma formação “xoxa, capenga, manca, anêmica, frágil e inconsistente”.

Assim, com a intenção de garantir que todos tenham a oportunidade de receber educação e tenham acesso à escola, faz-se necessária a criação de políticas públicas para suprir tais desafios. Nessa perspectiva, o governo federal brasileiro também criou, em 2007, o Programa Caminho da Escola, que objetiva a melhoria do transporte escolar, principalmente em áreas mais distantes. Ou seja, o referido programa busca dar acesso à educação também para os estudantes que vivem em áreas mais distantes. Nesse sentido, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, expressa que o

Programa Caminho da Escola objetiva garantir, prioritariamente, o acesso diário e a permanência de estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas nas escolas públicas de educação básica. O programa oferece ônibus, embarcações e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nessas regiões, onde normalmente há dificuldades para se chegar às unidades de ensino, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte escolar. Também visa proporcionar a participação dos estudantes em atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no plano pedagógico da escola e realizadas fora do ambiente escolar (Brasil, 2023, n.p).

Dessa forma, o Programa Caminho da Escola está diretamente ligado à proposta freiriana de garantir que todas as pessoas, independente de localização ou de condições econômicas, tenham a oportunidade de acesso à educação.

É preciso, porém, reconhecer que, embora haja semelhança entre alguns aspectos das teorias defendidas pelo autor e as políticas públicas atuais, as ações podem variar em sua eficácia. Além disso, pode-se afirmar que sempre haverá olhares distintos sobre a criação, a implantação e a implementação de programas educacionais de ordem pública. Porém, as políticas públicas educacionais são essenciais para um melhor desenvolvimento da educação do país e, nesse sentido, construir uma sociedade com cidadãos preparados para os desafios da atualidade é algo muito necessário se o Brasil realmente quiser se tornar um país desenvolvido, justo e equitativo.

Considerações Finais

Diante de todo o exposto, pode-se dizer assertivamente que Paulo Freire não somente possui uma influência grandiosa na história da educação brasileira e mundial, mas também continua vivo na atual educação brasileira, sobretudo quando nos aprofundamos nos objetivos principais das políticas públicas educacionais elaboradas e definidas por órgãos governamentais.

Portanto, pode-se inferir que o autor não foi somente um educador que criou um método de alfabetização para adultos, mas fomentou toda uma forma de pensar a educação marcada pelo verbo esperar; por isso, sua personalidade está muito presente nos contextos democráticos que advogam uma educação pujante e emancipadora.

Nesse sentido, vale destacar que os princípios freirianos sempre buscaram promover uma educação marcada pelo diálogo, pela participação ativa dos estudantes e pela transformação social. Observa-se que as políticas públicas educacionais no Brasil refletem muito esses valores (mesmo que isso ocorra de modo mais teórico do que concreto), pois, apesar de paradoxos e de contradições, diversos programas intentam reduzir as desigualdades educacionais e oportunizar a educação para todos.

Sem embargo, pode-se afirmar que Paulo Freire não foi apenas mais um personagem da educação brasileira, visto que ele continua presente em diversas diretrizes para a elaboração de políticas públicas educacionais em nosso país; outrossim, ele é considerado o patrono da educação

nacional por infundáveis argumentos, fatos e razões. Não obstante, aqueles que se opõem a essa constatação, são considerados arautos da desinformação ou da clara intenção de desvirtuar as coisas como realmente são.

Diante dos fatos destacados, pode-se finalizar este texto defendendo que Freire está profundamente inserido nos mais diversos programas educacionais, pois seus princípios pedagógicos influenciaram, influenciam e influenciarão muitas iniciativas e diretrizes formuladas para a educação brasileira, uma vez que Freire sempre será a “melhor política pública do Brasil”, pois uma política pública que não defende o “esperançar” é semente que não dá frutos, não gera vida nem engajamento. Muito longe disso, deve-se sempre primar pela continuação da defesa da democracia, transformando o mundo imaginado num mundo possível. Ou, nas próprias palavras de Freire (2001a, p. 12):

Não quero dizer, porém, que porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica como o peixe necessita da água despoluída.

Referências

ARNHOLD, Débora Tais; MARTINS, Rosemari Lorenz. A Base Nacional Comum Curricular como Política Pública de equidade: discussões e perspectivas. **Formação de Professores em Revista**, Taquara, ano 2021, v. 2, p. 118-127, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/formacao/article/view/2184/1347#:~:text=3.1%20A%20BNCC%20como%20pol%C3%ADtica%20p%C3%BAblica&text=A%20BNCC%20nesse%20sentido%2C%20preconiza,contexto%20social%20e%20educacional%20espec%C3%ADficos>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BECHTOLD, Ivan; BONIN, Joel Cezar. Foucault e suas contribuições para a educação atual e o debate sobre políticas públicas: **Professare**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e2963-e2963, 2022. DOI: 10.33362/professare.v11i1.2963. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/2963>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (2018)**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 jun. 2024.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 04 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 12 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caminho da Escola**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 25 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC fortalece políticas públicas para escolas brasileiras**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/mec-fortalece>

[políticas-públicas-para-escolas-brasileiras#:~:text=Assim%2C%20foram%20adotadas%20ou%20retomadas,a%20educação%20bilingue%20de%20surdos](#). Acesso em: 25 ago. 2024

DEMENTOVIS, Alexandre. **Canção Biografia de Paulo Freire**, 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2002.

NÓVOA, António. Paulo Freire (1921-1997): a “inteireza” de um pedagogo utópico. In: APPLE, Michael e NÓVOA, António (orgs.). **Paulo Freire**: política e pedagogia. Porto: Porto Editora, 1998.

SANTOS, Hanna Caroline de Santana; VASCONCELOS, Joilson Vasconcelos. Políticas Públicas Educacionais e a Responsabilidade Estatal. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE**, São Paulo - SP, ano 2023, v. 9, n. 5, p. 2649–2658. DOI 10.51891/rease.v9i5.10010. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10010/3938>. Acesso em 17 jun. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. Cengage Learning, São Paulo, 2014.

SILVA, Edna Maria Lopes da. O novo ensino médio: impactos na escolarização da juventude brasileira. **VII CONEDU - Conedu em Casa**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81619>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, Silvia Ferreira Mendes da. Paulo Freire: a educação como caminho para a transformação social. **Revista QUALYACADEMICS**. Editora UNISV; v. 2, n. 4, 2024; p. 38-42. ISSN: 2965-9760 | DOI: doi.org/10.59283/unisv.v2n4.003. Disponível em: <https://www.editoraunisv.com.br/post/paulo-freire-educaco-como-caminho-trasformacao-social>. Acesso em 02 set. 2024.

Recebido em 21 de outubro de 2024

Aceito em 13 de maio de 2025